



UGT lamenta decisão do Presidente da República

O Presidente da República promulgou ontem a Lei do Governo que regula a reposição do subsídio de férias dos trabalhadores da Administração Pública, estipulando que quem tem salários acima dos 1100 euros apenas receberá a totalidade desse subsídio em Novembro.

Ao tomar conhecimento desta decisão por parte do Chefe de Estado, a UGT considera que o Presidente da República se subalternizou ao Governo, anuindo mais uma vez a uma situação injusta que coloca em causa os princípios de equidade e igualdade entre trabalhadores por de uns receberem e outros não. A tudo isto soma-se o facto de algumas autarquias e serviços da Administração regional já terem afirmado que se comprometem a pagar a todos os seus trabalhadores o subsídio de férias em Junho.

Após o Governo ter referido que não existiam problemas de tesouraria ou orçamentais para pagamento dos subsídios de férias, a UGT não entende, primeiramente, a discriminação de pagamento entre trabalhadores e considera que, o que poderá estar implícito, mais não é do que uma represália face à decisão do Tribunal Constitucional de reposição dos subsídios a todos os trabalhadores do Estado e pensionistas.

A UGT apoiará todas as suas estruturas sindicais da Administração Pública nas diligências que por estas forem interpostas, junto do Provedor de Justiça e dos grupos parlamentares, no sentido de ser reposta a justiça, equidade e igualdade entre trabalhadores.

Esta é mais uma situação que deverá motivar não só os trabalhadores do sector público, mas também os do privado, a uma forte mobilização para a **Greve Geral da UGT** convocada para o próximo **dia 27 de Junho**. Porque as imposições que hoje são determinadas para o sector público, rapidamente alastrarão a todos os trabalhadores, colocando em causa o acesso a uma vida mais justa e mais digna.

Lisboa, 20 de Junho de 2013